



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 30 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Impostos.....	1
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Assembleia.....	2
ECONOMIA	
A CRITICA	
Estudo da Clp.....	3
ECONOMIA	
A CRITICA	
Unificação do Icms	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
TRIBUTAÇÃO.....	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
RÁPIDAS	6
ECONOMIA	
MASKATE	
Antônio Silva recebe a mais alta comenda	7

IMPOSTOS

Carga tributária bate recorde, com 35,31% do PIB no Brasil

Apesar da ênfase aos programas sociais destacados no Brasil nos últimos dez anos, o volume de dinheiro que o governo retirou da população com a cobrança de impostos cresceu quase três vezes mais do que a parcela que ele devolveu às famílias e empresas por meio do pagamento de

aposentadorias, subsídios e benefícios como seguro-desemprego e o Bolsa Família.

De acordo com levantamento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 2002 e 2011, a carga tributária no Brasil passou do equivalente a 32,47% de tudo o que era

produzido no país para 35,31% - um valor recorde e aumento de 2,84 pontos percentuais, totalizando R\$ 1,4 trilhão.

Aí estão incluídos todos os impostos e tributos arrecadados pelos governos federal, estadual e municípios, além de outras taxas e contribuições, como a do FGTS.

Enquanto o governo tira de um lado, do outro há um retorno, que é medido por meio das transferências para previdência e assistência social e subsídios.

No mesmo período, esses repasses cresceram de 14,08% do PIB para 15,14% - alta de 1,06 ponto percen-

tual, alcançando R\$ 627,4 bilhões.

Com isso, a chamada carga tributária líquida que, na prática, é o que afeta a renda disponível e, portanto, o consumo, subiu 1,78 ponto percentual, passando de 18,39% do PIB para 20,17% (R\$ 835,5 bilhões).

A fatia de recursos abocanhada liquidamente pelos cofres públicos somente entre 2010 e 2011, ficou quase dois pontos percentuais maior ante o PIB, isso porque enquanto a carga bruta cresceu quase R\$ 200 bilhões, as transferências se elevaram em apenas R\$ 65 bilhões.

ASSEMBLEIA

Antonio Silva é homenageado na Aleam

O empresário Antonio Silva recebeu na manhã de quinta-feira (29), a Medalha do Mérito Legislativo Ruy Araújo, a mais alta comenda da Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) concedida a personalidades de destaque por seus méritos no meio político, jurídico ou cultural e demais segmentos da sociedade amazonense.

Antonio Silva, além de presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), é 2º segundo vice-presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), principal órgão representativo da indústria brasileira e membro do Conselho Administrativo do Grupo Simões.

A homenagem foi proposta

pelo deputado Orlando Cidade (PTN), conforme aprovação da Resolução Legislativa de nº 525/2012. Na ocasião, ele destacou que a indicação deve-se a figura marcante na sociedade amazonense, bem como na economia do Estado, de Antonio Silva. E ainda, ao seu amigável relacionamento e sua admiração pela ascensão empresarial traçada pelo homenageado.

“Conheço Antonio desde os 16 anos e acompanho sua trajetória bem-sucedida que iniciava naquela época. Sua vida empreendedora é uma história que muito nos orgulha por ele ser um cidadão de inúmeras qualidades, sendo todas dignas de receber a maior comenda de nosso Estado, a Medalha Ruy

Araújo”, disse Cidade.

Estiveram presentes na cerimônia, a família de Antonio, amigos, diretores e colaboradores do Sistema Fieam, do Grupo Simões, dentre outras autoridades, como o vice-governador do Amazonas, José Melo (PMDB); o superintendente em exercício da Suframa, Gustavo Figueiras; o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado Amazonas), Wilson Périco; o presidente da Faeam (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas), Muni Lourenço Silva Júnior, o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Ismael Bicharra, o vice-almirante Antônio Carlos Frade Carneiro, o secretário de planejamento do Estado, Airton

Claudino, entre outros.

De acordo com o vice-governador, José Melo, o presidente da Fieam possui um prestígio grande no Estado e nas atividades que participa em Brasília, sendo um dos membros da presidência da Confederação Nacional da Indústria. Melo ressaltou ainda que a Fieam é uma entidade parceira do Amazonas na defesa dos interesses industriais da Zona Franca de Manaus. “Esta comenda recebida por Antonio Silva é mais do que merecida. Ele é um homem que a cada ano agrega participação mais efetivas em nossa economia, pois é bem relacionado e facilitador no processo de adesão às causas do Amazonas”, avaliou o vice-governador.

ESTUDO DA CLP

Ambiente para investimentos

Amazonas figura em 10ª posição no ranking dos estados brasileiros com melhor ambiente para a atração de negócios

Está disponível no site www.clp.org.br dados referentes ao segundo estudo realizado pelo Centro de Liderança Pública em parceria com o jornal *The Economist* a respeito do ambiente para negócios nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. O estudo ressalta os pontos positivos no que tange à atração de negócios, bem como os aspectos que constituem verdadeiros obstáculos aos investimentos.

Os resultados permitiram a elaboração de um ranking no qual o Amazonas figura na 10ª posição, com 43,1 pontos, numa escala de 0 a 100. O primeiro lu-

gar é ocupado por São Paulo, com 77 pontos, seguido de Rio de Janeiro, com 71,8 pontos e Minas Gerais, com 62,8 pontos. Em seguida aparecem Rio Grande do Sul, com 60,5 pontos e Paraná, com 59,5 pontos. Imediatamente abaixo do Amazonas estão Mato Grosso do Sul, com 43,1 pontos; Goiás, com 42,8 pontos; Pernambuco, com 40,8 pontos e Ceará, com 39,2%. Nesse ranking, o último colocado é o Amapá, com 17,7%.

"O interessante desse estudo é que ele foca em aspectos que dizem respeito apenas às ações políticas que são da alçada dos governos estaduais. Ele demonstra coisas vitais para o ambiente



Luiz Felipe, presidente do CLP

Parâmetro

A CLP se programou para realizar quatro estudos sobre ambientes de negócios nos Estados, o que valerá também como parâmetro para avaliação dos atuais governadores, quando o mandato deles tiver chegado ao fim.

de negócios, que tornam o Amazonas, por exemplo, atrativo em relação a muitos outros Estados", disse o presidente do CLP, Luiz Felipe D'Ávila, acrescentando que os dados sobre o ambien-

te para negócios nos Estados estão disponíveis para acesso e a CLP não cobra nada por isso.

Ele destacou como pontos fortes do Amazonas a estabilidade política, a legislação ambiental e medidas regulatórias. Nesse último caso, o Estado aparece com sete medidas tributárias ao mês, um dado que só não é pior porque há Estados que emitem 30 delas. Por causa da Zona Franca de Manaus, o Amazonas figura bem no quesito inovações. Em relação aos pontos fracos, o estudo mostra que há muito por ser feito para a melhoria do tempo de abertura de empresas, infraestrutura (portos, aeroportos e rodovias) e telecomunicações.

UNIFICAÇÃO DO ICMS

Próximo encontro no Maranhão

Ontem, durante a reunião dos secretários de Estado da Fazenda, em Brasília, foram apresentados os estudos que cada um deles fez a respeito dos possíveis impactos da unificação do ICMS interestadual, proposta que foi feita pelo Governo Federal com o intuito de acabar com a "guerra fiscal".

Eles terão novo encontro no dia 5, em São Luiz, durante a reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), com a participação do Ministério da Fazenda. Pelo que foi exposto ontem, Amazonas e Mato Grosso do Sul precisam receber tratamento diferenciado. O Amazonas, por causa da Zona Franca de Manaus. Mato Grosso em função do gás importado da Bolívia.

TRIBUTAÇÃO

'Racha' na discussão sobre ICMS

ISABELLA SIQUEIRA

Equipe EM-TEMPO

A discussão em torno da unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ainda não chegou a um denominador comum. Ontem, representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se reuniram em Brasília para apresentar as propostas de negociações, mas os secretários não consolidaram uma oferta para apresentar ao Ministério da Fazenda.

A expectativa por um acordo foi transferida para a próxima

semana, quando o Confaz se reunirá novamente no Maranhão. O secretário de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Isper Abraham, explicou que na reunião as regiões brasileiras se dividiram em duas alas de propostas, e não chegaram a um acordo.

Os Estados defendem a implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional, em montantes que viabilizem a redução das alíquotas interestaduais do ICMS de 12% e 7% para, respectivamente, 7% e 4%. "Existe uma ala que aposta em uma alíquota de 4% para as

regiões Sul e Sudeste, e outra que deseja um diferencial para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com percentual de 7 a 8%. O Amazonas pleiteia uma cota diferenciada de 12%", comentou.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, era esperado no encontro, mas não compareceu. Segundo Abraham, o governo federal espera que os Estados entrem em consenso até o fim deste ano, e adiantou, ainda, que o Amazonas irá pleitear uma condição de 12%.

O subsecretário da Sefaz, Afonso Lobo, também parti-

cipou do encontro e reforçou que o Amazonas se "armou" com um estudo preparado por 20 técnicos da secretaria, com uma planilha de projeção do modelo em uma década e das perdas de até 78% na receita tributária, caso haja a unificação do imposto. "Apesar da ausência do ministro, o encontro de hoje (ontem) foi importante para que cada unidade da Federação apresentasse suas propostas. Com base nesse estudo pretendemos unificar a questão para apresentar um acordo concreto ao Guido Mantega", completou.

RÁPIDAS

Peso dos impostos sobre a economia bate recorde em 2011

Mais de um terço de tudo o que o Brasil produziu em 2011 foi para os cofres públicos. Segundo números divulgados pela Receita Federal, a carga tributária no ano passado correspondeu a 35,31% do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento de 1,78 ponto percentual em relação a 2010, quando a carga havia atingido 33,53%, o maior percentual já registrado. A maior carga tributária havia sido registrada em 2008, quando o percentual alcançou 34,54%.

O número corresponde à arrecadação da União, Estados e municípios, dividida pelo PIB. Apesar do aumento da arrecadação, a RF alega que o incremento da carga tributária se deu mais pelo crescimento da economia do que pela elevação de impostos e contribuições.

Antônio Silva recebe a mais alta comenda

Homagem digna e justa para alguém que dedica a vida em favor da ZFM

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antonio Silva foi homenageado nesta quinta-feira (29) pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE) com a Medalha do Mérito Legislativo Ruy Araújo. A sessão de outorga foi realizada, às 10 horas, na sede da ALE (Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque, na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, 3.959, ParqueDez).

A homenagem proposta pelo deputado Orlando Cidade, conforme aprovação da Resolução Legislativa de nº525/2012, é a mais conceituada comenda instituída pela ALE-AM em respeito às personalidades que se destacam nos campos jurídico, cultural e político. Antonio Silva, além de empresário, é o segundo vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), principal órgão representativo da indústria brasileira e membro do Conselho Administrativo do Grupo Simões.

